

Mais de 500 barracos das quadras 12, 17 e parte do Setor de Oficinas da invasão serão removidos pelo GDF por estarem sobre o antigo Lixão. Região apresenta risco à população

DF - cidade

ESTRUTURAL

CONTAMINADA



ESTUDO MOSTRA CONTAMINAÇÃO DO SOLO PELO LIXO QUE FOI ATERRADO: MORADORES ESTÃO EXPOSTOS A GÁS METANO, QUE PROVOCAM NÁUSEAS E VÔMITOS, PRINCIPALMENTE NAS CRIANÇAS

SAMANTA SALUM
DA EQUIPE DO CORREIO

Hoje a invasão é chamada de vila. Uma tentativa de reverter a imagem do que é na realidade, uma favela. Nos últimos dez anos, foi palco de conflitos, de sucessivas tentativas de retirada e também de regularização. A Estrutural é símbolo do desordenamento urbano, impulsionado pela pobreza e pela falta de moradia. Resistiu às piores condições de vida para o ser humano e só fez crescer. Mas além de um problema social tornou-se um problema de saúde pública. Muitos dos seus moradores vivem sobre o antigo aterro do Lixão.

São 535 famílias que ergueram seus barracos onde, durante décadas, foram aterradas toneladas de lixo. Uma região contaminada, de alto risco à saúde humana. E que, por isso, terá de ser desocupada o mais rápido possível. O alerta está no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) encomendado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e o Ministério da Saúde.

Documento que o *Correio* teve acesso com exclusividade, na íntegra, destaca que a invasão pode ser transformada em cidade. Desde que seja cumprido um plano de intervenções do governo local para urbanizá-la e dar à região condições dignas de habitação. No entanto, o Rima destaca que 535 barracos das quadras 12, 17 e parte do Setor de Oficinas (veja mapa) têm de ser removidos. Lá não há possibilidade de regularização. A ocupação fere a Lei Federal 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que proíbe o parcelamento do solo em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem

que sejam previamente saneados.

O Rima, concluído em julho do ano passado, recomenda que a área contaminada "seja recuperada e que seja permanentemente monitorada e fiscalizada de forma a impedir o retorno da ocupação humana no local". Um dos problemas da região, apontados pelos técnicos do Ministério da Saúde, é a contaminação do solo pelo lixo que foi aterrado. A população está exposta diretamente a gás metano, emitido pela degradação do lixo. Além de causar forte mau cheiro, esse gás provoca náuseas e vômitos, principalmente nas crianças.

O Ministério da Saúde concluiu, no mês passado, o mapeamento nacional das áreas de contaminação do solo que oferecem risco à saúde pública. "No Distrito Federal foram identificadas 24 áreas problemáticas. E a região do Lixão da Estrutural é a mais crítica", comentou Daniela Buosi, da Coordenação de Vigilância Ambiental. Há duas semanas, representantes do ministério e da Secretaria de Saúde do DF se reuniram para traçar ações que possam prevenir e remediar a exposição da população que mora na invasão.

Água contaminada

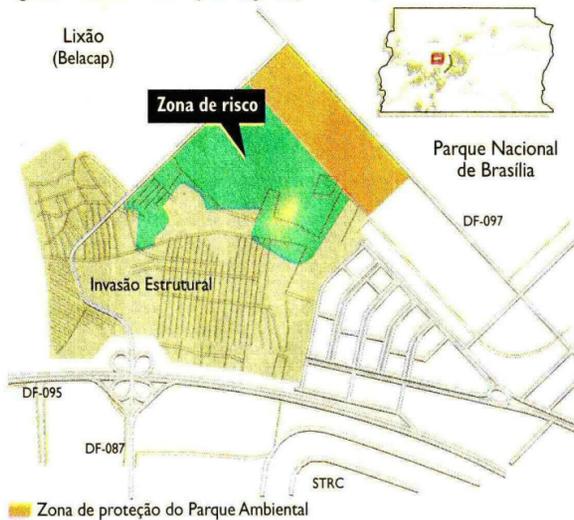
O Relatório de Impacto Ambiental, produzido para viabilizar a fixação dos 25 mil moradores na Estrutural, aponta a necessidade de se desativar o Lixão. A invasão só pode ser regularizada após a aprovação do relatório, que já alertou que "a falta de saneamento básico, a presença do Lixão e irrigação de hortaliças com água contaminada representam riscos à saúde da população da Vila Estrutural". A Secretaria de Meio Ambiente anunciou que o Lixão será desativado e que outro local está sendo definido para receber os resíduos. A área será previamente preparada para atender as normas ambientais

Com base em estudo de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), o Rima destaca também que o lençol freático foi contaminado e os "dados evidenciam que o fluxo de contaminantes caminha em direção ao córrego do Acampa-

mento (no Parque Nacional) e em direção ao Córrego Vicente Pires-Cabeceira do Valo. Indicam também que a pluma de contaminação sugerida em estudo de 1996 no limite Lixão-Parque Nacional aumentou consideravelmente e segue adentro ao Parque". O documento aponta que há a tendência de contaminação, mas que "recentes análises químicas realizadas nas nascentes dos

TERRITÓRIO POLUÍDO

Um dos problemas da invasão da Estrutural, apontado pelo Ministério da Saúde, é a contaminação do solo pelo lixo que foi aterrado. A população está exposta diretamente aos gases metano emitidos pela degradação do lixo.



A zona de risco engloba as quadras 12, 17 e do Setor de Oficinas. Na região há 535 unidades habitacionais entre casas e chácaras, onde vivem cerca de 3 mil pessoas. Nesta zona, conclusão do relatório de impacto ambiental aponta a necessidade de remanejamento dos moradores.

córregos ainda não mostram evidências claras de contaminação".

"O Parque Nacional de Brasília sofre com a degradação daquela área do Lixão. Além do problema ambiental, existe uma falta de consciência de que as pessoas não podem morar naquela região onde foi o antigo aterro por uma questão de saúde. O ser humano não pode viver naquelas condições", reforça a analista ambiental do Ibama, Christiane Horowitz, autora de estudo sobre a região.

O Rima foi finalizado em julho de 2004, mas não está valendo ainda porque o Ibama apontou falhas no estudo e mandou aprofundar alguns pontos como, por exemplo, a questão dos riscos à saúde pública. Em parecer, analistas ambientais destacaram que "apresenta diversas deficiências e trata de maneira superficial aspectos essenciais como análises de riscos à saúde, plano de retirada do Lixão, a proteção da Área de Preservação Permanente das chácaras do córrego Cabeceira do Valo e exigências urbanísticas". O Ibama listou uma série de correções que devem ser feitas no relatório produzido por empresa de engenharia ambiental contratada pelo GDF.

"O governo continuará trabalhando para melhorar as condições de vida na Estrutural e consolidá-la como cidade. Já foi colocado água e luz. E vamos cumprir as exigências para urbanizar a região, levando todos os serviços públicos para a comunidade. Mas quem está morando na parte do antigo aterro terá de ser removido", afirmou o porta-voz do GDF, Paulo Fona. Segundo ele, o governo encontrará um outro local para abrigar os moradores retirados. Não há previsão ainda de quando isso será realizado.